

UFV Barro Alto VII
Geração de
Energia SPE S.A.
(em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
UFV Barro Alto VII Geração de Energia SPE S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ufv Barro Alto VII Geração de Energia SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ufv Barro Alto VII Geração de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

UFV Barro Alto VII Geração de Energia SPE S.A.

Balances patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	26.034	318	Fornecedores	11	5.437	1.638
Despesas antecipadas	8	190	73	Obrigações tributárias	12	291	112
Imposto de renda e contribuição social a compensar		-	1	Imposto de renda e contribuição social	17	74	1
Outras contas a receber		1	10	Passivo de arrendamento	9	15	13
Total do ativo circulante		26.225	402	Dividendos mínimos obrigatórios	14 c	407	-
				Outras contas a pagar		7	-
Despesas antecipadas	8	948	936	Total do passivo circulante		6.231	1.764
Outros créditos		158					
Direito de uso	9	4.360	4.515	Financiamentos	13	104.474	-
Imobilizado em andamento	10	175.332	37.458	Passivo de arrendamento	9	4.394	4.324
Total do ativo não circulante		180.798	42.909	Outras contas a pagar		5	-
				Total do passivo não circulante		108.873	4.324
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		90.613	37.294
				Reserva legal		86	-
				Prejuízos acumulados		-	(71)
				Reserva de retenção de lucros		1.221	-
				Total do patrimônio líquido		91.919	37.223
Total do ativo		207.023	43.311	Total do passivo e patrimônio líquido		207.023	43.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV Barro Alto VII Geração de Energia SPE S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(93)	(48)
Resultado antes das receitas / (despesas) financeiras líquidas e impostos		(93)	(48)
Receitas financeiras	16	2.427	18
Despesas financeiras	16	(10)	(11)
Resultado financeiro líquido		2.417	7
Resultado antes dos impostos		2.324	(41)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(540)	(4)
Lucro (Prejuízo) do exercício		1.784	(45)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV Barro Alto VII Geração de Energia SPE S.A.

**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>1.784</u>	<u>(45)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>1.784</u></u>	<u><u>(45)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV Barro Alto VII Geração de Energia SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social				Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		10	(10)	-	-	-	-
Subscrição de capital social	14 a	75.990	(75.990)	-	-	-	-
Integralização de capital social	14 a	-	37.130	-	-	-	37.130
Incorporação societária		-	164	-	-	(26)	138
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(45)	(45)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		76.000	(38.706)	-	-	(71)	37.223
Subscrição de capital social	14 a	19.006	(19.006)	-	-	-	-
Integralização de capital social	14 a	-	57.712	-	-	-	57.712
Redução de capital	14 a	(4.393)	-	-	-	-	(4.393)
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.784	1.784
Constituição de reserva legal	14 b	-	-	86	-	(86)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14 c	-	-	-	-	(407)	(407)
Destinação para reserva de retenção	14 d	-	-	-	1.221	(1.221)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		90.613	-	86	1.221	-	91.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV Barro Alto VII Geração de Energia SPE S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.784	(41)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos das atividades operacionais:			
Amortização de direito de uso	9	155	-
Juros sobre arrendamentos	9	550	-
Juros sobre financiamentos	13	3.894	-
Provisões	11	11	-
Taxas e emolumentos		-	1
		6.394	(40)
Redução / (aumento) nos ativos operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social a compensar		1	-
Despesas antecipadas	8	(129)	998
Outras contas a receber		(149)	(10)
Aumento / (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	3.787	(33)
Obrigações tributárias	12	180	111
Outras contas a pagar		12	-
		10.096	1.026
Caixa aplicado nas atividades operacionais			
Pagamento de juros de arrendamentos	9	-	(17)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	17	(467)	(3)
		9.629	1.006
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa proveniente da incorporação		-	11
Aquisição de ativo imobilizado	10	(137.874)	(33.642)
		(137.874)	(33.631)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamento	13	100.580	-
Redução de capital	14	(4.393)	-
Pagamento de principal e juros de arrendamentos	9	(478)	(183)
Integralização de capital	14	57.712	33.126
		153.421	32.943
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	318	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	26.034	318
		25.716	318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Ufv Barro Alto VII Geração de Energia SPE S.A. (“Companhia”) é uma SPE, constituída na forma de sociedade de propósito específico de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, andar 4 parte, Pinheiros, São Paulo, capital do Estado de São Paulo. De 22 de agosto de 2022 a 30 de junho de 2024, a controladora da Companhia foi a On Barro Alto Geração de Energia SPE Ltda. De 01 de julho de 2024 a 30 de outubro de 2024, mediante aquisição das ações do capital social da Companhia, a controladora direta passou a ser a Chuveirinho Geração de Energia Ltda., tendo como controladora indireta a Newave Energia S.A. Em 30 de outubro de 2024, mediante incorporação reversa, a Companhia incorporou sua controladora Chuveirinho Geração de Energia Ltda. Por consequência, a Companhia passou a ter como sua controladora direta Newave Energia S.A. Em 01 de dezembro de 2024 a Gerdau S.A. adquiriu 20,45% das ações da Companhia e a Gerdau Aços Longos S.A adquiriu de 79,55% das ações da Companhia, tornando-se a controladora da Companhia.

A Companhia foi constituída em 22 de agosto de 2022, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.GO.052326-7.01

A controladora recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 50 MW por 35 anos, que compreende ao período de 26 abril de 2022 a 26 de abril de 2057.

Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

1.1 Reforma tributária

Reforma tributária sobre o consumo

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os potenciais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia advindos da Emenda Constitucional 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 e Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, normativos legais que instituíram o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). Seus efeitos ocorrerão após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, portanto, são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia.

Contexto da Reforma Tributária:

A Reforma Tributária representa um marco significativo na legislação tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação da Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) que irá substituir o Pis e a COFINS a partir de 1º de janeiro de 2027, o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) que irá substituir o ICMS e ISS, gradativamente a partir de 1º de janeiro de 2029, e a criação do Imposto Seletivo (IS).

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras e operações futuras:

O impacto com a Reforma Tributária, embora posterior à data do balanço, terão implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

Revisão de Preços e Margens: A alteração na estrutura tributária exigirá uma revisão da política de preços da energia vendida pela Companhia, com objetivo de manter as margens de lucro e indicadores financeiros antes da reforma tributária.

Fluxo de Caixa: As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.

Sistemas e Processos Internos: A Companhia precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.

Contratos e Acordos Comerciais: Contratos de fornecimento de energia, e outros acordos comerciais serão revisados para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.

Impacto no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido: As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas adotadas e próximos passos:

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Reforma Tributária, e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica, tecnologia e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio da Companhia;
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.
- Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas.

A administração da Companhia com base nas regras tributárias já promulgadas, e considerando a análise de seus contratos de venda de energia e aquisição de insumos junto aos fornecedores, não espera impactos financeiros significativos, advindos da Reforma Tributária.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio e produto/serviço da Companhia.
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.
- Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas.

A administração da Companhia com base nas regras tributárias já promulgadas, e considerando a análise de seus contratos de venda de energia e aquisição de insumos junto aos fornecedores, não espera impactos financeiros significativos, advindos da Reforma Tributária.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 03 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que são mensurados ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos imobilizados – Nota explicativa nº 10:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento. Quando o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 10:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 19:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

Durante o período de construção da planta fotovoltaica as despesas financeiras, elegíveis à capitalização serão contabilizados no custo do ativo imobilizado.

c. Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com base nos percentuais de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às aliações de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, receitas financeiras oriundas dos financiamentos obtidos para construção do ativo, até o momento da disponibilidade do ativo para a administração da Companhia, deduzido de depreciação acumulada após a entrada em operação do parque fotovoltaico e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A Companhia não possui despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pela Companhia corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será limitada ao prazo de autorização.

e. Instrumentos financeiros

(iv) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(v) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado

período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(vi) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(vii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

h. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento se referem ao aluguel das terras onde o parque fotovoltaico é instalado.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,13% a.a.

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor (USD 5) e para aqueles que possuem contraprestações em sua totalidade variáveis.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, e são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento.

A Companhia apresenta os pagamentos de principal e juros na demonstração de fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

6 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Depósitos bancários (a)	211	62
Aplicações financeiras (b)	25.823	256
Total de caixa e equivalente de caixa	26.034	318

- (a) Inclui depósitos disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 90% em 31 de dezembro de 2025 (90% em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Despesas antecipadas

	2025	2024
Seguros (a)	328	51
Adiantamento para arrendamentos (b)	675	804
Garantia fiel cumprimento (c)	122	154
Fianças	13	
	1.138	1.009
Circulante	190	73
Não circulante	948	936

- (a) Refere-se as apólices de seguros pagas para a implementação do parque fotovoltaico cobrindo riscos com responsabilidade cível e riscos de engenharia.

- (b) Decorrente de antecipações realizadas, conforme contrato firmados entre as partes. Os respectivos valores serão compensados 10% ao ano, dos valores devidos a partir do segundo ano dos contratos.
- (c) Conforme exigência Lei 14.300/2022, emitida em favor da ANEEL — Agência Nacional de Energia Elétrica.

9 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se em construção.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Reconhecimento inicial	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	4.515	-	(155)	4.360
Total do ativo	4.515	-	(155)	4.360
	Valor líquido em 31/12/2023 (não auditado)	Reconhecimento inicial	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	4.537	(22)	4.515
Total do ativo	-	4.537	(22)	4.515

O prazo de amortização de direito de uso é de 35 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	4.409	4.337
Total	4.409	4.337
Circulante	15	13
Não circulante	4.394	4.324

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Reconhecimento inicial	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	4.337	-	(478)	550	4.409
Total	4.337	-	(478)	550	4.409

	Valor líquido em 31/12/2023 (não auditado)	Reconhecimento inicial	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	4.537	(280)	80	4.337
Total	-	4.537	(280)	80	4.337

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto é de 11,13% a.a.

10 Imobilizado em andamento

	31/12/2024	Adições (a)	31/12/2025
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias (a)	37.458	(137.874)	175.332
Total do imobilizado	37.458	(137.874)	175.332
	31/12/2023 (não auditado)	Adições (a)	31/12/2024
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias (a)	-	37.458	37.458
Total do imobilizado	-	37.458	37.458

- a) Gastos incorridos com pagamentos antecipados de equipamentos, contratação de serviços técnicos e benfeitorias em propriedade arrendada.

Do total dos gastos incorridos, a Companhia reconheceu R\$ 4.599 em 2025 (R\$ 1.658 em 2024) referente a despesas financeiras elegíveis a capitalização.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.d, a Companhia não reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 despesas com depreciação, pois, o projeto se encontra em fase de implementação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou as informações disponíveis interna e externamente e não identificou qualquer evidência perda do valor recuperável de seu imobilizado.

11 Fornecedores

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	2025	2024
Fornecedores (a)	5.437	1.638
Total de fornecedores	5.437	1.638

a) Refere-se a aquisição de serviços e equipamentos empregados na construção do ativo imobilizado.

As informações sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 19.

12 Obrigações tributárias

	2025	2024
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	22	1
ISS – Imposto sobre serviços retidos	222	44
INSS Retido – Instituto nacional do seguro social	39	1
Contribuições federais retidas na fonte	8	66
	291	112

13 Financiamentos

	2025
Financiamentos bancários com garantia	
Saldo inicial	-
Financiamentos tomados Banco do Brasil (principal) (i)	100.580
Juros incorridos (ii)	3.894
Saldo em final	104.474

- (i) A Companhia contratou em 27 de setembro de 2025 junto ao Banco do Brasil, o repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO) no valor de R\$100.496, com prazo total de 20 anos, com juros de 5,34% a.a. acrescidos pelo IPCA, com o desembolso ocorrido em maio e julho 2025, sendo o início do pagamento do principal e juros ocorrendo em 2027.
- (ii) Em 2025, foram capitalizados no ativo imobilizado em andamento o valor R\$ 3.894 (R\$ 4.013 em 2024). (Nota 10)

Os contratos de financiamentos estabelecem as principais condições:

Garantias:

- (i) Aval Corporativo;
- (ii) Alienação Fiduciária de Ações;
- (iii) Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos;
- (iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Cláusulas Restritivas:

- (i) Realizar abertura das contas bancárias nos termos do contrato de Administração de Contas;
- (ii) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD superior ou igual a 1,2, após o início das amortizações do principal e serviço da dívida;
- (iii) Não realizar alteração societárias sem anuência do Financiador e da SUDECO.

<u>Vencimento em:</u>	2025
2027	5.588
2028	5.588
2029	5.588
2030 até 2048	87.710
	104.474

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 90.613 (R\$ 76.000 em 31 de dezembro de 2024), representado por 90.613 mil ações (76.000 mil ações em 2024), nominativas e sem valor nominal das quais 18.531 (15.542 em 2024) ações pertencentes a Gerdau S.A. e 72.082 (60.458 em 2024) ações pertencentes a Gerdau Ações Longas S.A.

Em 2025 as sócias da Companhia procederam com subscrição de capital social no valor de R\$ 19.006, nos quais Gerdau Ações Longas S.A. subscreveu R\$ 15.119 e a Gerdau S.A. R\$ 3.887.

Adicionalmente, as acionistas da Companhia procederam com integralização de capital social mediante transferência bancária no valor de R\$ R\$ 57.712.

Em 31 de outubro de 2025, a Companhia efetuou redução de capital no valor de R\$ 4.393 mediante transferência bancária.

Em 2024 a controladora da Companhia procedeu com integralização de capital social no valor de R\$ 37.130. Deste valor, R\$ 3.162 foram integralizados pela Gerdau S.A., R\$ 21.505 pela Newave Energia S.A., (anteriormente a venda das cotas), R\$ 12.299 pela Gerdau Aços Longos S.A. e R\$ 164 foram mediante subscrição e integralização de capital, resultante da incorporação conforme.

Em 2024, do total de capital social integralizado, R\$ 3.840 foi mediante despesas pagas pela Newave Energia S.A., R\$ 164, mediante incorporação reversa e R\$ 33.126, foi mediante caixa.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou o lucro de R\$ 1.784 (prejuízo de R\$ 45 em 31 de dezembro de 2024). Mediante a este fato ocorrido a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 86 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

c. Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatório o montante de R\$ 407 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrativo abaixo:

	2025	2024
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	1.784	(45)
Incorporação societária	-	(26)
Compensação de prejuízos acumulados	(71)	-
Reserva legal - 5%	(86)	-
Base de cálculo - Dividendos mínimos	1.627	(71)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(407)	-

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

Após a destinação para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia constituiu em reserva de retenção de lucros o montante de R\$ 1.221 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 0 em 31 de

dezembro de 2024). O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.221 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

15 Despesas gerais administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(63)	(45)
Assessoria e advogados	(4)	-
Impostos e taxas	(25)	(3)
Outros	(1)	-
Total	(93)	(48)

16 Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita financeira:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.427	18
Receitas financeiras	2.427	18
Despesas financeiras:		
Despesas e comissões bancárias	(9)	(2)
Outras despesas	(1)	(9)
Despesas financeiras	(10)	(11)
Resultado financeiro, líquido	2.417	7

17 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025, o montante remanescente a pagar do Imposto de renda e contribuição Social é de R\$ 74 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Apuração pelo lucro presumido		
Demais receitas (i)	1.669	17
	1.659	17
Base de cálculo do IRPJ		
Imposto de renda a alíquota de 15% e Adicional de 10%	(391)	(3)
Total IRPJ	(391)	(3)
Base de cálculo da CSLL	1.669	17
Contribuição social a alíquota de 9%	(149)	(1)
Despesa de IRPJ e CSLL	(540)	(4)
Alíquota efetiva	32%	24%

- (i) A diferença entre demais receitas e receitas financeiras apresentada na nota explicativa nº 16, refere-se a receitas financeiras não recebidas no exercício, onde a tributação neste caso ocorre mediante caixa, conforme preconiza

18 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. A remuneração dos diretores é suportada pela controladora final da Companhia Gerda S.A.

b. Operações com partes relacionadas

Ativos (i)

	2025	2024
Newave Energia S.A.	-	853
	-	853

- (i) Refere-se ao contrato de reembolso de despesas necessárias para implementação do projeto firmado com a Newave Energia S.A, reconhecido como ativo imobilizado por ser elegível a capitalização.

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2025 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.823	256
Total		25.823	256
Passivos			
Fornecedores	11	-	5.437
Passivo de arrendamento	9	-	4.409
Financiamentos	13	-	104.474
Dividendos mínimos obrigatórios	15 c	-	411
Outras contas a pagar		-	12
Total		-	114.743
		2024 - Valor contábil	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	256	62
Total		256	62
Passivos			
Fornecedores	11	-	1.638
Passivo de arrendamento	9	-	4.337
Total		-	5.975

	Hierarquia do valor justo	2025 – Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	26.034	26.034
Total		26.034	26.034

	Hierarquia do valor justo	2025 – Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo
Passivos			
Fornecedores	Nível 2	5.437	5.437
Passivo de arrendamento	Nível 2	4.409	4.409
Financiamentos	Nível 2	104.474	104.474
Dividendos mínimos obrigatórios	Nível 2	411	411
Outras contas a pagar	Nível 2	12	12
Total		114.743	114.743

	Hierarquia do valor justo	2024 – Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	318	318
Total		318	318

	Hierarquia do valor justo	2024 – Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo
Passivos			
Fornecedores	Nível 2	1.638	1.638
Passivo de arrendamento	Nível 2	4.337	4.337
Total		5.975	5.975

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	26.034	990
Total	26.034	990

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento,

tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2025

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	5.437	5.437	5.437	-	-	-
Passivo de arrendamentos	4.409	11.199	955	1.434	2.391	6.419
Financiamentos	104.474	208.624	15.984	45.727	64.946	81.457
Dividendos mínimos obrigatórios	411	411	411	-	-	-
Outras contas a pagar	12	12	12	-	-	-
	114.743	225.683	22.799	47.161	67.337	87.876

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.638	1.638	1.638	-	-	-
Passivo de arrendamentos	4.337	16.462	956	1.434	2.390	11.682
	5.975	18.100	2.594	1.434	2.390	11.682

(iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Atlas efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro,

mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco:

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade				
			Provável	Δ +	Δ +	Δ (-)	Δ (-)
				25%	50%	25%	50%
Risco de redução das taxas de juros e índices							
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%	13,78%	9,19%
IPCA (b)	4,16%	4,06%	4,06%	5,08%	6,09%	4,57%	3,05%

Controladora	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	25.823	3.137	3.922	4.706	2.372	1.582
Financiamentos	IPCA	104.474	4.242	5.302	6.362	3.181	2.121
		130.297	7.379	9.224	11.069	5.554	3.702

20 Demonstrações dos fluxos de caixa

Informações complementares ao fluxo de caixa:

Transações que não envolvem caixa	2025	2024
Amortização de direito de uso	(155)	22
Juros sobre arrendamentos	(550)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.894)	-
Despesa da manutenção	(11)	-
Fornecedores	11	1.638
Imobilizado	4.599	(3.816)
Passivo de arrendamento	-	4.537
Ativo direito de uso	-	(4.537)
Taxas e emolumentos	-	(1)
Despesas pagas antecipadamente	-	(1.684)
Capital social	-	3.840

Transações que não envolvem caixa

Incorporação - Chuveirinho Geração de Energia Ltda

Despesas antecipadas	-	(160)
Fornecedores	-	33
Capital social	-	164
Prejuízos acumulados	-	(26)
		(26)
Caixa e equivalentes incorporados	-	11

21 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

22 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029	2030 a 2060
EUST / CUST / CCT (a)	2.545	2.645	2.742	2.839	89.977
Seguros (b)	402	536	536	536	8.328
Arrendamento (c)	280	280	280	280	8.400
Operação e manutenção (d)	2.280	2.280	2.280	2.280	70.680
					70.680
Total	5.507	5.741	5.838	5.935	177.385

(a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (EUST e Taxa de Conservação)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), e a Taxa de Conservação, objeto dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os EUSTs foram calculados considerando as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (Julho e 2025 a Junho de 2026) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses seguintes.

A partir de Julho de 2026 os EUSTs também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

(b) Seguros

A Companhia possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

(c) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

(d) Operação e manutenção

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção da planta fotovoltaica.

23 Eventos subsequentes

Em 23 de janeiro de 2026, a Companhia, obteve junto a Agência Nacional De Energia Elétrica (ANEEL) mediante despacho nº 175, liberação para início de operação teste.

* * *

Marcos Prudente
Diretor
CPF: 924.392.330-72

Regis Madruga Leme
Contador
CRC: 1SP317833/O-2
CPF: 322.761.488-02

* * *